

JORNAL

VIGILANTE



QUINTA - FEIRA - 29 DE JANEIRO DE 2026 - WWW.JORNALVIGILANTE.COM.BR



COM FOCO NA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E NA REDUÇÃO DAS EMISSÕES DE GASES DE EFEITO ESTUFA, O BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO ESPÍRITO SANTO (BANDES) LANÇOU, NA ÚLTIMA TERÇA-FEIRA (27), O FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO. A INICIATIVA FOI APRESENTADA EM CERIMÔNIA NO PALÁCIO ANCHIETA, EM VITÓRIA, E PASSA A OPERAR SOB GESTÃO DA BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT.



O HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES, NA SERRA, ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O SEU NOVO E INÉDITO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM ANESTESIOLOGIA. A INICIATIVA REPRESENTA MAIS UM AVANÇO DA INSTITUIÇÃO NO FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO MÉDICA NO ESPÍRITO SANTO E NA QUALIFICAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA ATUAÇÃO NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS). AS INSCRIÇÕES TIVERAM INÍCIO NO DIA 24 DE JANEIRO E SEGUEM ATÉ 1º DE FEVEREIRO, DE FORMA ON-LINE NO SITE DA CONSULTORIA EM CONCURSOS PÚBLICOS E PESQUISAS SOCIAIS (CONSESP).

comunicado



A Prefeitura de Conceição do Castelo informa que, até o dia 27 de fevereiro de 2026, permanece instituído horário excepcional de funcionamento e atendimento ao público, que será das 7h às 13h.

Esta adequação é temporária e foi organizada para otimizar os serviços administrativos, garantindo a continuidade e a qualidade do atendimento à população.

A partir de 2 de março, o expediente volta ao horário normal: 8h às 11h e 13h às 16h.

Contamos com a compreensão de todos e reforçamos que os serviços essenciais seguem funcionando normalmente, permanecemos à disposição para melhor atender você e nossa cidade.



comunicado



O VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO (VBP) AGROPECUÁRIA MINEIRA CONFIRMOU AS PROJEÇÕES E FECHOU O ANO DE 2025 COM O VALOR RECORDE R\$ 167,8 BILHÕES, REGISTRANDO CRESCIMENTO DE 13,5% EM RELAÇÃO AO ANO DE 2024. O INDICADOR, ATUALIZADO MENSALMENTE, É UMA ESTIMATIVA DA GERAÇÃO DE RENDA QUE OS ESTABELECIMENTOS RURAIS OBTIVERAM COM A VENDA DE SEUS PRODUTOS AGRÍCOLAS E PECUÁRIOS.



Blocos de Nota, Cartões de Visita, Carimbos
Convites de casamento, Adesivos, Panfletos
Recibos, Imãs de Geladeira, e Muito Mais!

Atendimento de Segunda a Sábado!

VENHA FAZER SEU ORÇAMENTO.

Tel.: (27) 99943-6111



ATENDIMENTOS EM TODA REGIÃO: MANTENA, ECOPORANGA,
ÁGUA BRANCA, ÁGUA DOCE DO NORTE, MANTENÓPOLIS, ETC.

Av. Jones dos Santos Neves, nº 214 - Barra de São Francisco - ES

SERVIÇO DE CERTIDÃO DE NASCIMENTO GRATUITA JÁ BENEFICIOU MAIS DE 500 MIL CRIANÇAS EM MINAS

O pequeno Luca saiu da Maternidade Odete Valadares (MOV), em Belo Horizonte, de braços dados com a cidadania. Filho do fotógrafo Marcus Flávio dos Santos Vieira, de 47 anos, o bebê teve a certidão de nascimento emitida ainda no hospital, graças ao serviço das Unidades Interligadas (UIs) de Registro Civil. Assim como Luca, mais de 500 mil crianças já tiveram o registro garantido ainda nos primeiros dias de vida pelas UIs, segundo dados atualizados em janeiro deste ano.

O programa do Governo de Minas facilita o acesso à documentação básica diretamente nas maternidades. Atualmente, 105 unidades de saúde em diferentes regiões do estado contam com o serviço. Desde 2019 até janeiro de 2026, foram emitidas 325.043 certidões pelas unidades, o que demonstra a atenção do Governo de Minas à primeira infância.

O programa lançado em 2013 é coordenado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (Sedese-MG) em parceria com cartórios, hospitais, Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e Ministério Público de Minas Gerais (MPMG).

Pai de primeira viagem, Marcus conta que a praticidade fez toda a diferença. "O maior problema que a gente vê hoje é a burocracia. Principalmente para mim, que estou sendo pai pela primeira vez, não fazia ideia de como começar. E eu descobri o serviço aqui dentro da maternidade, e isso é incrível. Eu vou sair daqui com o bebê registrado. Isso facilita para quem é da capital, como eu, e ainda mais para quem é do interior", relata o pai de Luca.



Desenvolvimento Social, Alê Portela, destaca que a ampliação das Unidades Interligadas é uma prioridade do Governo de Minas e reforça o impacto social da iniciativa.

"Nos últimos anos, esse serviço tem transformado vidas e seguimos trabalhando para ampliar o alcance das Unidades Interligadas, levando essa facilidade a mais municípios, porque toda criança tem o direito de ser reconhecida desde o primeiro dia de vida", ressalta Alê Portela.

Gael nasceu na maternidade da Santa Casa BH na madrugada de quinta-feira (22/1) e, no mesmo dia pela manhã, já estava registrado. O pai dele, Erick Pablo Fernandes Bragança, foi até o cartório dentro do próprio hospital logo cedo.

"Poder registrar o Gael aqui mesmo ajudou muito. Foi muito rápido e tranquilo o atendimento. Não precisei nem sair do hospital, enfrentar trânsito", lembra Erick.

A diretora estadual de Políticas para Crianças e Adolescentes da Sedese-MG, Eliane Quaresma, reforça que o serviço vai além da emissão do documento e atua como porta de entrada para a cidadania.

"Hoje, estamos em mais de 105 unidades de saúde garantindo cidadania às nossas crianças que já saem da maternidade com seu registro civil, o que as torna cidadãos com direitos, com facilidades para acessar bens e serviços. A unidade é um local tanto de acolhimento para o grupo familiar, e não

só de emissão de um documento", diz a diretora.

Eliane Quaresma também ressalta o alinhamento da iniciativa com as políticas públicas voltadas à infância. "Esse é um serviço implantado em 2013 e já está previsto dentro da política do Marco Legal da Primeira Infância".

Serviço sem burocracia

Para realizar o registro, o primeiro passo é o pai apresentar a Declaração de Nascido Vivo (DNV), documento de identidade do pai e da mãe e, no caso de pais casados, também a certidão de casamento. Com a documentação em mãos, o atendimento é rápido e simplificado.

Além de evitar filas e deslocamentos, o serviço gera economia de tempo e dinheiro. A emissão é gratuita e o processo leva, em média, 20 minutos.

Facilidade em diversas regiões do estado

Outra facilidade proporcionada pela iniciativa é a possibilidade de os pais escolherem onde registrar os filhos: no cartório da cidade de residência ou no cartório vinculado à Unidade Interligada da maternidade.

Essa flexibilidade garante mais comodidade às famílias, especialmente aquelas que vivem no interior ou que precisam se deslocar para outros municípios para o parto.

Em 2023, o programa passou a contar com o apoio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), por meio do Laboratório de Inovação em Governo (LAB.mg), para o desenvolvimento de um novo sistema de monitoramento, que permite acompanhar em tempo real os nascidos vivos e as certidões emitidas, tornando o processo ainda mais ágil e eficiente.

COPASA RECEBE PREFEITOS E AMPLIA DIÁLOGO SOBRE INVESTIMENTOS E METAS DE UNIVERSALIZAÇÃO

A presidente da Copasa, Marília Carvalho de Melo, recebeu prefeitos mineiros nessa terça-feira (27/1), na sede da empresa, em Belo Horizonte, para aprofundar o diálogo institucional sobre a nova fase da empresa e discutir caminhos para o cumprimento das metas de universalização do saneamento.

Foi a primeira de uma série de reuniões que serão realizadas com os gestores municipais. A agenda de encontros pretende envolver os 636 municípios onde a empresa opera até o fim de fevereiro.

Durante a reunião, a presidente da Copasa reiterou o compromisso com o diálogo, a transparência e a escuta ativa dos prefeitos, destacando a importância de uma parceria sólida entre a companhia e os municípios para a qualidade dos serviços prestados à população e para o

alcance das metas de universalização do saneamento dentro do prazo estabelecido pelo Marco Legal.

"Sobretudo, esse momento de diálogo é para que a gente possa avançar com metas claras, com garantias de universalização para os municípios que tem concessão da Copasa, e investimentos pós processo de desestatização", enfatizou a presidente.

Durante a reunião, ela fez uma apresentação na qual demonstrou que o ambiente regulatório atual, mais exigente e com metas desafiadoras de investimento e competitividade, cria oportunidades para ampliar investimentos em obras e melhorias operacionais, com rigor técnico, previsibilidade e segurança jurídica

para os municípios.

Em um cenário de desestatização da companhia, também foram abordadas as possibilidades de aprimoramento dos vínculos jurídicos já existentes com os municípios. Os gestores presentes tiveram a oportunidade de falar sobre o cenário nas localidades e tirar dúvidas.



ESPECIALISTA EM LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS DESTACA CUIDADOS PARA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Diante da revolução digital, percorremos um caminho sem volta, quase 100% mediado por ações na Internet e, cada vez mais, pela inteligência artificial (IA). Nesse cenário, também surgem novos riscos que afetam em cheio o cidadão comum, como roubo e uso indevido de dados pessoais.

O alerta vem da especialista da Companhia de Tecnologia da Informação de Minas Gerais (Prodemge), a data protection officer (DPO) Emily Assumpção, encarregada pelo Tratamento de Dados Pessoais. Um DPO é responsável por garantir que uma organização/empresa esteja em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“Atuamos como um elo entre a empresa, os titulares dos dados (clientes, funcionários) e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD)”, contextualiza. E ressalta: “a LGPD possui o objetivo de trazer regras para o uso correto dos dados, sob pena de sanções administrativas às empresas”.

Neste Dia Internacional da Proteção de Dados, celebrado nesta quarta-feira (28/1), Emily destaca a IA como uma das áreas mais promissoras da tecnologia, que tem recebido altos investimentos e atenção nas mais diversas áreas de atuação.

Com uso cada vez mais frequente e popularizado, é necessário que o cidadão se informe para usar a tecnologia a seu favor. Antes de ações intempestivas ao buscar um novo aplicativo ou ferramenta, é preciso se fazer perguntas como: preencher cadastros com dados pessoais



é seguro? Esses dados receberão tratamento adequado? A empresa responsável pela ferramenta está em conformidade com a LGPD?

“Hoje, é uma questão de sobrevivência estar atento aos riscos que a má utilização da tecnologia pode acarretar. Os cidadãos têm sido alvo de golpes arquitetados com o uso de IA para produção automática de mensagens, chamadas, vídeos e até mesmo bate-papos enganosos que parecem autênticos”, reforça a DPO.

Ela cita ainda cibercriminosos que utilizam a IA para fazer ligações simulando vozes e vídeos de pessoas conhecidas, solicitando senhas, transferências financeiras e informações confidenciais.

Blindagem

ADPO explica que a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é a legislação que visa regular o tratamento dos dados pessoais no Brasil, com o objetivo de proteger a privacidade, liberdade e a personalidade dos indivíduos, chamados titulares dos dados.

Desde 2022, a proteção de dados pessoais tornou-se um direito fundamental no Brasil, garantido por meio da Emenda Constitucional 115. “O mundo se

digitalizou e cuidar dos dados tornou-se questão fundamental, não só pela proteção da honra e da dignidade da pessoa humana, mas também em relação ao crescente número de golpes envolvendo dados pessoais”.

Orientação

A LGPD também atua diante da ampliação da inteligência artificial, que processa grandes

volumes de dados. Uma das frentes é referente ao tratamento de dados classificados como pessoais ou sensíveis, que deve ocorrer de acordo com diretrizes específicas e respeitar princípios como finalidade, necessidade e transparência. Tais medidas buscam mitigar riscos.

“Diante da oferta cada vez maior de apps e ferramentas na web, todo cuidado é pouco e se torna fundamental avaliar a relação entre termos de uso e adequação à LGPD. Tem sido bem frequente o indivíduo se expor no meio digital e criminosos se aproveitarem das postagens para cometer golpes e outros delitos, inclusive com uso da própria IA”, alerta.

A DPO cita a importância de pais ou responsáveis legais na orientação de menores, que também são alvos frequentes de cibercriminosos.

“Vivemos em um mundo digital onde tudo é postado. Nesse contexto, é importante que o cidadão faça uma avaliação crítica, filtre o que deve ser exposto, tenha cuidado com o uso indiscriminado das redes sociais e outras ferramentas. Avaliar a permissão de dados, conferir a adequação da ferramenta à LGPD, conhecer seus direitos”, finaliza.

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA MINEIRA ALCANÇA RECORDE EM 2025

O Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária mineira confirmou as projeções e fechou o ano de 2025 com o valor recorde R\$ 167,8 bilhões, registrando crescimento de 13,5% em relação ao ano de 2024. O indicador, atualizado mensalmente, é uma estimativa da geração de renda que os estabelecimentos rurais obtiveram com a venda de seus produtos agrícolas e pecuários.

O cálculo é feito pelo Ministério da Agricultura e Pecuária, com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/USP).

Lavouras

O bom desempenho do setor agropecuário foi puxado pelo segmento das lavouras, que alcançou R\$ 112,7 bilhões, com aumento de 16,4% no ano. Sozinho, esse setor representou 67% do faturamento do setor agropecuário

mineiro. “O café foi o destaque entre as culturas que contribuíram para essa alta no rendimento. A renda alcançada pelo café fechou em R\$ 58,7 bilhões com alta de 47%. O valor alcançado representou 35% de todo o VBP do agro mineiro”, detalha a assessora técnica da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), Amanda Bianchi.

O VBP da soja, que ocupa o segundo lugar no segmento agrícola, alcançou R\$ 18,8 bilhões em 2025, com crescimento de 12% em relação ao ano anterior. O milho foi outro produto do segmento das lavouras que registrou alta de 17%, alcançando R\$ 7,7 bilhões.

Já o VBP da cana-de-açúcar encerrou o ano com queda de 8%. Também registraram quedas a banana (-21%), batata-inglesa (-53%), feijão (-29%), laranja (-4%), mandioca (-26%), arroz (-31%) e uvas (-7%).

Pecuária

O VBP do segmento pecuário

alcançou R\$ 55,1 bilhões, com aumento de 8%. Todos os produtos do segmento apresentaram crescimento em 2025, com a liderança ocupada pela carne bovina, que teve faturamento de R\$ 18,1 bilhões e alta de 14%.

O leite ficou em segundo lugar, também com receita bruta de R\$ 18,1 bilhões e crescimento de 1%. O VBP do frango R\$ 8,3 bilhões (+5%). Já o VBP da carne suína está estimado em R\$ 7,8 bilhões, com alta de 12%, e os ovos devem alcançar R\$ 2,7 bilhões, com estimativa de aumento de 16%.



COM R\$ 13,6 MILHÕES EM INVESTIMENTOS, COPASA INICIA OPERAÇÃO DE NOVA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA EM JOÃO PINHEIRO

Entrou em operação nesta semana a nova Estação de Tratamento de Água (ETA) da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), em João Pinheiro, no Noroeste de Minas. Com capacidade para tratar até 110 litros de água por segundo, a unidade começou a ser construída em março de 2023 e recebeu investimento de R\$ 13,6 milhões. As obras geraram cerca de 40 empregos e ampliaram a capacidade de produção de água no município em 20%, beneficiando aproximadamente 48 mil moradores.

Com a nova estação, que passou a operar no último domingo (25/1), a população passa a contar com maior disponibilidade de água. Isso permite que o abastecimento seja restabelecido mais rapidamente em casos de interrupções para manutenções programadas ou emergenciais. Além disso, o fornecimento ocorre de forma contínua mesmo durante o período chuvoso, conforme explica o gerente regional da Copasa, Saulo Bernardes.

"Quando chuvas fortes atingiam o município, as enxurradas causavam o aumento de partículas sólidas no manancial de captação, situação denominada elevação da turbidez. Então, a antiga ETA precisava ser paralisada para evitar a perda da qualidade da água tratada. A nova estrutura consegue funcionar mesmo diante da interferência dessas condições climáticas", afirmou Saulo.



Tecnologia e tratamento

Depois de ser captada no ribeirão dos Órfãos, manancial que atende João Pinheiro, a água segue para a ETA, onde é submetida a um rigoroso processo. Primeiramente é realizada a coagulação, que consiste na adição das substâncias capazes de reunir os pontos de sujeira. Já o "agrupamento" das partículas sólidas é o estágio da floculação.

Em seguida vem a decantação, quando esses flocos ganham consistência, afundam e se solidificam no fundo do tanque.

O ciclo seguinte é a filtração, onde a água passa para tanques que contêm camadas de areia, antracito, cascalho, entre outros diferentes agentes naturais, que retêm a sujeira ainda presente. Esse passo é precedido pela desinfecção, ponto em que cloro é adicionado aos tanques com intuito de exterminar quaisquer microrganismos que possam prejudicar a saúde.

Aporte

O montante também contribuiu para a duplicação de uma adutora, tubulação de grande porte que leva água do ribeirão dos Órfãos até a unidade de tratamento. Foram construídos mais de 3 quilômetros de rede. A antiga ETA, no entanto, continua em atividade e funcionará como um complemento à operação, podendo ser um plano B em caso de urgências.

Investimentos continuam

Segundo o gerente de expansão Centro-Oeste da Copasa, Fabrício Rezende, mais obras serão realizadas na cidade. "Uma nova

licitação de R\$9 milhões deverá ser publicada ainda no primeiro semestre deste ano. O objetivo é construir instalações elétricas, além de fazer melhorias na captação e transformar a ETA antiga em uma elevatória - unidade de bombeamento", relatou.

A previsão é que os serviços tenham início ainda em 2026 e sejam concluídos no final de 2027. O montante ainda inclui a urbanização da unidade, que consiste na pavimentação da estrutura, implementação de paisagismo e de sinalizações, além de uma Unidade de Tratamento de Resíduos (UTR), que ajuda a prevenir o assoreamento dos cursos hídricos. A Copasa está em João Pinheiro desde 1976. Em 2006, assumiu também o sistema de esgotamento sanitário. Diariamente, a empresa distribui, em média, 8 milhões de litros de água aos cerca de 16.700 imóveis.

EVENTOS CLIMÁTICOS EXTREMOS AVANÇAM EM MINAS E CEMIG TRIPLICA INVESTIMENTOS NA DISTRIBUIÇÃO

A partir desta terça-feira (27/1), está aberta uma nova oportunidade para os pesquisadores mineiros com o lançamento da Chamada 01/2026 - Demanda Universal. Serão disponibilizados R\$ 105 milhões, o maior até hoje, a serem executados ao longo de 36 meses. O objetivo é estimular a qualidade, pluralidade e diversidade da pesquisa científica e tecnológica em diferentes áreas do conhecimento.

A chamada é realizada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede-MG).

As propostas podem ser submetidas a partir do dia 3/2 e vão até 20/3, por meio da plataforma Everest da Fapemig. O edital e os anexos estão disponíveis neste link.

"Dia histórico para a pesquisa em Minas Gerais. Está publicado o edital da Demanda Universal 2026 da Fapemig. Investir em pesquisa é investir no futuro", destacou o governador Romeu Zema em uma rede social.

"A chamada universal é uma excelente oportunidade para que pesquisadores mineiros de todas as áreas do conhecimento consigam recursos para desenvolver projetos e aprimorar ideias. Contribuindo, assim, para o desenvolvimento científico, econômico e inovador de Minas Gerais", destaca a secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, Mila Corrêa da Costa.

Segundo o diretor de Ciência, Tecnologia e Inovação da Fapemig, Luiz Gustavo Cançado, a Demanda Universal Fapemig é o substrato do Sistema de Ciência, Tecnologia e

Inovação no Estado de Minas Gerais.

"Trata-se de uma iniciativa fundamental, que garante liberdade criativa a todas as áreas do conhecimento e que, neste ano, apresenta diversas novidades", afirma. Ainda de acordo com o diretor, a chamada busca incentivar o interesse e a participação de jovens mineiros em carreiras Stem.

Aprovado na Faixa C da Chamada Demanda Universal 2025, o pesquisador do Departamento de Bioquímica do Instituto de Ciências Biológicas da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Nicolas de Castro Campos Pinto, falou da importância da iniciativa para a infraestrutura do projeto do qual participa.

"Além de contribuir para a consolidação da nossa linha de pesquisa, permitirá a capacitação de novos cientistas mineiros e, futuramente, a geração de produtos inovadores", afirma.

Bolsas Stem

A edição deste ano da Chamada Demanda Universal prevê a concessão de Bolsa Especial de Iniciação Científica e Tecnológica (BIC) nas áreas de Stem — sigla em inglês para Science, Technology, Engineering and Maths (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática).

"As bolsas serão concedidas aos 50 projetos mais bem avaliados que envolvam o uso de Inteligência Artificial (IA) na categoria A (projetos individuais) e aos cem projetos mais bem avaliados com uso IA na categoria B (projetos em grupo)", explica a gerente de

Ciência e Tecnologia da Fapemig, Simone Bomtempo Rodrigues.

A bolsa terá duração máxima de 24 meses e valor mensal de R\$ 1.275, montante 50% superior ao da tradicional Bolsa de Iniciação Científica (BIC) oferecida pela Fapemig.

Julgamento às cegas

Nesta edição, haverá mudanças no processo de avaliação das propostas submetidas à Faixa A, destinada a projetos individuais voltados à aquisição de equipamentos, materiais e insumos.

A avaliação ocorrerá em duas etapas. Na primeira, dedicada à análise do projeto, o julgamento será realizado às cegas, sem acesso por parte dos avaliadores à identidade do coordenador da instituição ou dos membros da equipe, com o objetivo de garantir maior isonomia ao processo de classificação dos projetos submetidos. Na segunda etapa, será realizada a avaliação do perfil do coordenador do projeto.

"O objetivo é assegurar que, nessa etapa específica, a proposta seja avaliada exclusivamente pelo que apresenta em termos de qualidade, originalidade, metodologia e aderência aos objetivos da chamada", acrescenta a gerente de Ciência e Tecnologia da Fapemig.



INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O NOVO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA EM ANESTESIOLOGIA DO HOSPITAL ESTADUAL DR. JAYME SANTOS NEVES

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves, na Serra, está com inscrições abertas para o seu novo e inédito Programa de Residência Médica em Anestesiologia. A iniciativa representa mais um avanço da instituição no fortalecimento da formação médica no Espírito Santo e na qualificação de profissionais para atuação no Sistema Único de Saúde (SUS). As inscrições tiveram início no dia 24 de janeiro e seguem até 1º de fevereiro, de forma on-line no site da Consultoria em Concursos Públicos e Pesquisas Sociais (Consesp).

O edital completo, com todas as informações sobre o processo seletivo, também está disponível no site do Consesp. Ao todo, estão sendo ofertadas quatro vagas, com duração de três anos. A coordenadora do Centro de Ensino, Pesquisa e Inovação (CEPI) da unidade, Patrícia Teixeira, explicou que o programa foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC) em dezembro e, no mês de janeiro, teve as bolsas autorizadas pelo Ministério da Saúde, viabilizando a abertura das vagas já para o processo seletivo de 2026. “A abertura dessa residência reforça o papel do Hospital Dr. Jayme como campo de formação qualificada, alinhada às



necessidades da rede pública de saúde”, explicou Patrícia Teixeira.

Segundo a coordenadora, um dos grandes diferenciais do programa é a robusta e diversificada experiência prática oferecida aos residentes. “A unidade concentra um elevado volume de procedimentos anestésicos, contemplando diferentes perfis assistenciais, como cirurgias em pacientes adultos, atendimentos obstétricos e procedimentos envolvendo recém-nascidos internados na Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN)”, destacou.

O programa também prevê a atuação no ambulatório, ampliando a formação para além do centro cirúrgico. “Essa combinação garante uma vivência completa e integrada. No Hospital Dr. Jayme, toda essa produção assistencial está concentrada na própria unidade, o que fortalece o aprendizado e a

continuidade do cuidado”, ressaltou o diretor do CEPI, Rogerio Griffo.

Formação médica no SUS

A residência médica é uma modalidade de pós-graduação destinada a médicos, caracterizada pelo treinamento em serviço, sob a orientação de profissionais de elevada qualificação

ética e técnica.

O Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves oferece programas de Residência Médica desde 2014. Atualmente, são 25 vagas distribuídas nas especialidades de Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Ortopedia e Traumatologia, Cirurgia Geral, Clínica Médica, Medicina Intensiva e, agora, Anestesiologia.

Serviço:

Residência Médica 2026 no Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves em Anestesiologia

Inscrição on-line no site: <https://sis.consesp.com.br/>

Período: de 24/01/2026 a 1º/02/2026

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesa

OPERAÇÃO VOLANTE FLAGRA TRANSPORTE IRREGULAR DE PIMENTA-DO-REINO E CAFÉ NO NORTE DO ESTADO

Uma operação volante de fiscalização realizada no norte do Estado por auditores fiscais da Secretaria da Fazenda (Sefaz), por meio da Receita Estadual, identificou o transporte irregular de mercadorias sem a devida documentação fiscal.

Durante a ação, realizada nessa terça-feira (27) nos municípios de São Mateus e Jaguaré, foram apreendidos 6,4 mil quilos de pimenta-do-reino e 390 sacas de café, que estavam sendo transportadas em desacordo com a legislação tributária. As irregularidades resultaram na lavratura de autuações superiores a R\$ 650 mil, referentes à cobrança de imposto devido e multas.

Todos os valores apurados foram integralmente recolhidos no curso da operação, possibilitando a regularização imediata da situação

fiscal das mercadorias. A operação foi conduzida por auditores fiscais da Subgerência Fiscal Região Nordeste (Sufis-NE).

O Auditor Fiscal André Gomes Santana destacou a importância da realização de operações ostensivas para o combate à sonegação e à concorrência desleal. “Esse tipo de operação é fundamental para coibir práticas irregulares no transporte de mercadorias, recuperar receitas devidas ao Estado e garantir um ambiente de concorrência mais justo entre os contribuintes”, ressaltou.

A Sefaz reforça que as operações

volantes integram a estratégia permanente de fiscalização da Receita Estadual, com foco na prevenção de irregularidades, no cumprimento das obrigações tributárias e no fortalecimento da arrecadação estadual.

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sefaz



ESPÍRITO SANTO LANÇA FUNDO DE DESCARBONIZAÇÃO COM QUASE R\$ 1 BILHÃO PARA FINANCIAR A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

Com foco na transição energética e na redução das emissões de gases de efeito estufa, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes) lançou, nesta terça-feira (27), o Fundo de Descarbonização do Espírito Santo. A iniciativa foi apresentada em cerimônia no Palácio Anchieta, em Vitória, e passa a operar sob gestão da BTG Pactual Asset Management.

O lançamento posiciona o Espírito Santo entre os estados brasileiros que avançam na estruturação de instrumentos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável, sobretudo na utilização de recursos provenientes de combustíveis fósseis para promover a transição energética.

Pioneiro no financiamento verde no País, o Bandes — que, no ano passado, foi citado no relatório internacional “State of Green Banks 2025”, destacando a atuação dos bancos verdes no enfrentamento às mudanças climáticas — lidera a criação do fundo alinhado ao Plano de Descarbonização e Neutralização das Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), que prevê a redução de 27% das emissões até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050.

O Fundo de Descarbonização capixaba possui a estrutura de blended finance como seu grande diferencial. Também chamado de financiamento misto, o modelo engloba capital do setor público e do setor privado. No caso do Espírito Santo, somados aos R\$ 500 milhões do Funes, estão recursos que serão investidos pela BTG Pactual Asset Management. Assim, o Fundo já nasce com recursos para apoiar a transição energética e permanece aberto para novos investidores.

Os eixos de investimentos são estruturados com base em quatro políticas transversais: minimização de emissões, aumento da eficiência, compensação de emissões e remoção e captura de gases de efeito estufa (GEE).

A estruturação do fundo, em parceria com o Governo do Estado, demandou elevado rigor técnico, além de um processo complexo que se estendeu por pouco mais de um ano até sua conclusão. O mecanismo inovador contou ainda com parceria do Instituto Clima e Sociedade (iCS), que forneceu apoio no desenho do instrumento financeiro e auxiliou na identificação de demandas de investimentos em descarbonização no Espírito Santo, validando o potencial do fundo.

Durante o lançamento, o governador Renato Casagrande destacou as ações do Governo no enfrentamento às mudanças climáticas e na transição energética, como o Programa Reflorestar, criado em 2011, o avanço no Cadastro Ambiental Rural e, mais recentemente, a instituição do Programa Capixaba de Mudanças Climáticas.

“Temos tratado a agenda climática no Espírito Santo com ações concretas há muitos anos. Implantamos políticas de reflorestamento, controle ambiental por georreferenciamento, uso de energia renovável na estrutura do Governo e incentivo a práticas sustentáveis. Agora damos um passo ainda mais decisivo ao criar um fundo que transforma recursos provenientes de combustíveis fósseis em investimentos para financiar a transição energética. É assim que unimos desenvolvimento econômico, responsabilidade ambiental e qualidade de vida para as próximas gerações”, pontuou.

Na avaliação do vice-governador Ricardo Ferraço, o Fundo posiciona o Espírito Santo na vanguarda nacional ao transformar compromissos climáticos em instrumentos financeiros concretos: “Aqui no Estado trabalhamos com foco no futuro e nas próximas gerações, alcançando pioneirismo ao criar um dos maiores fundos subnacionais de descarbonização do País e o primeiro a transformar royalties de petróleo em investimentos verdes dessa escala. Ancorado no Plano Estadual publicado em 2023, o fundo dá materialidade às metas assumidas de reduzir em 27% as emissões até 2030 e alcançar a neutralidade de carbono até 2050.”

“O Espírito Santo sai na frente e se oferece como inspiração para que outros façam também a sua parte. O fundo nasce com R\$ 500 milhões do Fundo Soberano, oriundos de royalties de petróleo e gás, e já estruturado para alavancar capital nacional e internacional por meio do blended finance. A expectativa é superar R\$ 1 bilhão em investimentos nos próximos anos, gerando empregos verdes, diversificando a economia e fortalecendo a resiliência social”, completou Ricardo Ferraço.

Segundo o diretor-presidente do Bandes, Marcelo



Saintive, o lançamento consolida a atuação do banco em agendas de fronteira: “O Fundo de Descarbonização é resultado de uma política pública desenhada para garantir que os investimentos contribuam efetivamente para o cumprimento do pacto de neutralidade de carbono assumido pelo Espírito Santo.”

Ele destaca ainda que, nesse contexto, o Bandes, em parceria com a BTG Pactual Asset Management, e apoio do iCS, estruturou uma política de investimentos específica para o Fundo, com princípios, critérios e procedimentos claros, assegurando que os recursos alocados estejam alinhados à transição climática, à redução de emissões e à geração de impacto socioeconômico positivo. “Esse nível de governança e intencionalidade fortalece a economia de baixo carbono, posiciona o Espírito Santo na vanguarda nacional da agenda climática e reafirma o papel do Bandes como referência na integração entre finanças, inovação e responsabilidade ambiental.

O diretor-presidente ressalta ainda que o modelo adotado possui potencial de replicação em outras regiões e setores econômicos, servindo de referência para entes subnacionais que buscam alinhar crescimento econômico, conservação ambiental e inovação institucional. “As mudanças climáticas exigem políticas públicas consistentes e instrumentos financeiros à altura do desafio. O desenvolvimento só é efetivo quando é também ambientalmente responsável, e o Espírito Santo demonstra que é possível liderar esse processo com seriedade e visão de longo prazo”, apontou Saintive.

“Os bancos de desenvolvimento têm um papel estratégico para viabilizar o financiamento da descarbonização, especialmente ao estruturar instrumentos inovadores e mobilizar capital privado em escala. O mecanismo criado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo é pioneiro no Brasil ao direcionar recursos de origem fóssil para acelerar a transição energética, combinando visão de longo prazo, mercado de capitais e impacto climático. Trata-se de uma experiência que deve servir de inspiração para outros estados e bancos públicos que buscam criar soluções financeiras para enfrentar o desafio climático e promover o desenvolvimento sustentável”, comentou a diretora-executiva do Instituto Clima e Sociedade (iCS), Maria Netto.

Supervisionado pelo Bandes, o Fundo contou, inicialmente, com um aporte de R\$ 500 milhões do Fundo Soberano do Espírito Santo (Funes) — criado pelo Governo do Estado para garantir a aplicação sustentável dos rendimentos originados da exploração de combustíveis fósseis. Estruturado como um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), a iniciativa tem como objetivo direcionar esses recursos para o financiamento de atividades e setores que promovam a descarbonização no Espírito Santo. Para isso, o Fundo investirá em títulos de crédito e outros direitos creditórios emitidos por sociedades com sede fiscal no Estado, além de projetos voltados à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Principais setores a serem apoiados

De acordo com informações do edital, o Fundo deverá apoiar empreendimentos voltados à descarbonização, como, por exemplo, os seguintes segmentos: Geração de energia renovável (solar, eólica, biogás e biometano); Tecnologias limpas aplicadas à produção industrial; Eficiência energética e eletrificação de cadeias logísticas; Reflorestamento e restauração ambiental; Práticas agrícolas sustentáveis e agricultura regenerativa; Produção e uso de biocombustíveis e combustíveis alternativos; Transportes de baixa emissão, incluindo eletrificação de frotas; Gestão de resíduos, com foco em valorização energética, biogás e reciclagem.

“O Fundo de Descarbonização do Espírito Santo representa um avanço relevante na forma como políticas públicas e capital privado podem atuar de

maneira complementar para acelerar a transição para uma economia de baixo carbono. Ao unir uma governança robusta, critérios técnicos rigorosos e uma estrutura de blended finance, a parceria com o Bandes cria um instrumento capaz de transformar metas climáticas em investimentos concretos, com impacto econômico, ambiental e social para o Estado”, explicou o sócio da BTG Pactual Asset Management, Sergio Cutolo.

Os ativos do fundo deverão ser emitidos por emissores que atuem diretamente na implantação, ampliação, manutenção, recuperação, adequação ou modernização de projetos que contribuam para a descarbonização da economia do Espírito Santo, nos setores

de Energia, Indústria, Agricultura, Agropecuária, Florestas e Uso do Solo (AFOLU), Transportes, Resíduos e Serviços, sendo vedada a concentração dos direitos creditórios em um único setor.

“A Secretaria de Desenvolvimento terá papel protagonista na conexão entre o Fundo de Descarbonização e o setor produtivo. Por meio da agência de atração de investimentos NOVAES, vamos dialogar com empresários, investidores e grandes projetos para transformar essa iniciativa em oportunidades concretas de desenvolvimento sustentável. O Fundo nasce com a missão de impulsionar uma nova economia no Espírito Santo, aliando competitividade, inovação e responsabilidade ambiental. Nosso foco é atrair investimentos que gerem emprego, renda e impacto positivo, consolidando o Estado como referência nacional na transição para uma economia de baixo carbono”, analisou o secretário de Estado de Desenvolvimento, Rogério Salume.

O apoio deverá estar em conformidade com as normas, regulamentos e padrões de proteção à saúde, ao meio ambiente e à segurança do trabalho, conforme comprovado por certidões emitidas por órgãos da União e/ou do Estado do Espírito Santo, bem como adimplentes com a União (inclusive FGTS), o Estado do Espírito Santo e demais entidades da administração pública estadual.

“Estamos muito satisfeitos em fazer parte dessa iniciativa ao lado do Bandes e do Governo do Espírito Santo. A BTG Pactual Asset Management vai colocar toda a sua esteira de originação, análise e gestão a serviço da construção de um portfólio robusto, com projetos sólidos e aderentes às metas de descarbonização do Estado. Nosso objetivo é levar essa agenda a um novo patamar, conectando empresas com projetos transformadores e investidores que buscam unir retorno financeiro consistente ao incentivo a políticas ESG”, destacou Cutolo.

A seleção da BTG Pactual Asset Management se deu em 2025, após uma chamada pública, que contou com 11 candidatas de todo o País. Segundo a gestora, responsável por conduzir o atendimento às empresas interessadas e pela análise dos projetos submetidos, as iniciativas deverão estar alinhadas ao Plano de Descarbonização do Espírito Santo e direcionadas a setores estratégicos para a transição energética, como energia renovável; restauração e reflorestamento; tecnologias limpas para a indústria; agricultura sustentável; eficiência energética; eletrificação; biocombustíveis e transportes sustentáveis.

Os detalhes sobre os critérios de enquadramento, as condições operacionais e os procedimentos para acesso aos recursos serão divulgados em breve.

“O Espírito Santo dá um passo decisivo ao tratar a agenda climática como uma estratégia de desenvolvimento econômico. O Fundo de Descarbonização nasce com escala, governança e foco em resultados, mobilizando recursos para financiar a modernização produtiva, aumentar a eficiência das empresas e reduzir emissões de forma estruturada. É um exemplo concreto de como o financiamento ao desenvolvimento pode alinhar competitividade, inovação e sustentabilidade no longo prazo”, avaliou o diretor-executivo da Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), André Godoy. Empresas interessadas em submeter projetos e investidores que desejem participar da iniciativa podem entrar em contato com a BTG Pactual Asset Management pelo e-mail OL-funes-descarbonizacao@btgpactual.com

Saiba mais:

<http://www.bandes.com.br/descarbonizacao>

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação do Governo

SEFAZ PUBLICA PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA 2026 COM FOCO EM GOVERNANÇA, EFICIÊNCIA E TRANSPARÊNCIA

A Secretaria da Fazenda (Sefaz) concluiu a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA) para o exercício de 2026, instrumento que organiza e consolida as contratações prioritárias do órgão, conectando planejamento estratégico, investimentos e resultados esperados para o cidadão e para o mercado fornecedor. O plano prevê cerca de R\$ 120 milhões em contratações, valor compatível com a dotação aprovada na Lei Orçamentária Anual.

O PCA detalha tudo o que a Sefaz pretende adquirir ou contratar ao longo de 2026, abrangendo desde materiais de escritório até projetos estruturantes de tecnologia, além de reformas, equipamentos e a contratação de serviços diversos. A elaboração cuidadosa do documento contribui para o uso mais eficiente dos recursos públicos, evitando contratações emergenciais, organizando prioridades e assegurando que todas as demandas planejadas tenham respaldo orçamentário.

Além de fortalecer o planejamento interno, o PCA é uma importante ferramenta de transparência. Ao dar visibilidade prévia às futuras contratações, o plano amplia as oportunidades de participação do mercado, facilita o acesso às licitações, estimula a concorrência e favorece a



obtenção de melhores preços. O instrumento também reforça o controle social e o compromisso com a utilização responsável dos recursos públicos.

A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021) estabelece a obrigatoriedade da elaboração do Plano de Contratações Anual pelos órgãos públicos, como parte do planejamento das aquisições e contratações. No Espírito Santo, a norma federal foi regulamentada pelo Decreto Estadual nº 5.307-R/2023, que define a estrutura, os prazos e os requisitos para a elaboração do PCA.

Nesse contexto, o PCA se consolida como um instrumento de governança que reúne todas as aquisições e prorrogações planejadas para o exercício seguinte, promovendo maior integração entre as áreas de planejamento, orçamento e compras

públicas, além de mais eficiência e previsibilidade na gestão.

De acordo com o subsecretário de Estado para Assuntos Administrativos, Alex Favalessa, o documento foi construído com base em critérios técnicos e fiscais. “O PCA da Sefaz reúne demandas previamente analisadas quanto à viabilidade técnica e à disponibilidade orçamentária para execução ao longo de 2026. O plano adota o realismo fiscal como

princípio, conferindo segurança institucional e assegurando condições efetivas para sua plena execução”, afirmou.

O secretário de Estado da Fazenda, o auditor fiscal Benicio Costa, ressaltou o papel estratégico do PCA no fortalecimento da gestão pública. “O Plano de Contratações Anual é um instrumento essencial para o aprimoramento da governança e da eficiência nas contratações públicas. Ele qualifica o planejamento, amplia a transparência e assegura que cada recurso público seja aplicado de forma responsável, alinhada às prioridades do Estado e às entregas que a sociedade espera”, destacou.

Informações à Imprensa:
Assessoria de Comunicação da Sefaz

PROJETO VISA À INCLUSÃO DIGITAL E PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

O Projeto de Lei (PL) 392/2025, do deputado Denninho Silva (União), pretende estimular a criação e o aprimoramento de plataformas digitais públicas, gratuitas e acessíveis, voltadas à divulgação de vagas de emprego, estágios e cursos de qualificação. O objetivo é aumentar a inserção de pessoas com deficiência (PcDs) no mercado de trabalho.

O parlamentar cita que, apesar de o acesso e a integração de PcDs ao mercado de trabalho serem garantidos pela lei brasileira, a realidade apresenta outro cenário. “Apesar dessas garantias legais, a inserção de PcDs no mercado de trabalho ainda enfrenta desafios práticos, como a falta de acessibilidade nos processos seletivos e a ausência de ferramentas digitais que possibilitem um ambiente amigável”.

O PL propõe algumas diretrizes à política, como a promoção da

acessibilidade digital plena, garantindo autonomia na navegação de PcDs; a regionalização das oportunidades, com priorização de vagas compatíveis com o domicílio da pessoa cadastrada; e a articulação com políticas públicas já existentes nas áreas de trabalho, emprego, renda, educação inclusiva e direitos das pessoas com deficiência.

Análise

A proposição segue para análise das comissões parlamentares de Justiça, de Defesa dos Direitos Humanos, de Ciência e Tecnologia e de Finanças.

Se virar lei, a Política Estadual de Fomento à Inclusão Digital e Profissional de PcDs entra em vigor a partir de sua data de publicação em diário oficial.

O projeto também define que a regulamentação da legislação caberá ao Poder Executivo, no prazo de 90 dias após sua publicação, permitindo-lhe, entre outras coisas, a definição dos critérios técnicos e operacionais das plataformas digitais apoiadas ou desenvolvidas pelo Estado e a articulação com fundos estaduais existentes, respeitada a legislação orçamentária em vigor.



MERCADO EM ALTA: BANESTES ANUNCIA NOVAS CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

O mercado imobiliário do Espírito Santo tem aparecido em destaque no cenário nacional, especialmente na capital capixaba, Vitória, que despontou, entre as capitais, com o metro quadrado mais caro do Brasil em 2025, impulsionado pela forte valorização e crescente demanda.

Os interessados em investir na aquisição de unidades residenciais ou comerciais podem contar com o Banestes, que permanece em destaque como a instituição financeira de referência na oferta de opções de crédito imobiliário, com condições diferenciadas para financiamentos.

“Realizamos um reposicionamento estratégico e ajustamos nossa tabela para oferecer as melhores condições do mercado. Atualmente, o Banestes é a única instituição financeira a financiar até 90% do valor do imóvel”, destacou o diretor de Negócios do Banestes, Carlos Artur Hauschild.

Os clientes interessados podem financiar até 90% do valor do imóvel, com até 35 anos para pagar. A taxa de juros ofertada é a partir de 11,69% ao ano + TR. Outra boa notícia é que os valores gastos com o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) e com o Registro do Imóvel podem ser



financiados juntamente com o crédito imobiliário, respeitando o limite de 5% do montante total.

A linha de crédito permite ainda a utilização do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiamento de unidades de até R\$ 2,25 milhão. A contratação estará sujeita às análises de crédito e de cadastro.

A estratégia de impulsionamento das operações de crédito imobiliário pelo Banestes tem tido destaque desde 2020, quando o banco anunciou várias vantagens e se manteve no ranking com a oferta de uma das melhores taxas do mercado brasileiro, parcelamento em até 420 meses e

ainda maior celeridade na liberação do financiamento, o que tem atraído

um grande número de novos clientes.

Os interessados podem entrar em contato com o atendimento de uma das agências Banestes, disponíveis em todos os 78 municípios do Espírito Santo: <https://www.banestes.com.br/netib/AgenciasBanestes>.

Saiba mais sobre as condições especiais do Crédito Imobiliário Banestes:

Taxa de juros a partir de 11,69% ao ano + Taxa Referencial (TR).

Financiamento de até 90% do valor do imóvel.

ITBI e Registro do Imóvel financiados juntamente com o crédito imobiliário (até o limite de 5%).

Prazo máximo de financiamento: até 420 meses (35 anos).

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação do Banestes

Informações à Imprensa:

Assessoria de Comunicação da Sesa

PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA
Publicações oficiais da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha em 29/01/2026

PREFEITURA DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 076/2026
ID CIDADES: 2026.065E0500001.01.0002
DATA DE ABERTURA: 10/02/2026 às 13 h.
OBJETO: Constituição de Ata de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de quisição de equipamento odontológico para atender para atender as necessidades do Departamento de Odontologia através da Secretaria Municipal de Saúde. O edital poderá ser retirado no site www.saogabriel.es.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br. Demais informações pelo telefone 00 XX 27 3727-1366, ramal 362.
 São Gabriel da Palha, em 29/01/2026.
ERLITON DE MELLO BRAZ
 Pregoeiro Oficial

PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DO CASTELO
PUBLICAÇÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO CASTELO EM 29/01/2026

AVISO DE REPUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 00054/2025
AMPLA PARTICIPAÇÃO
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES/TCE-ES: 2025.021E0700001.01.0051
 O Município de Conceição do Castelo, ES, **TORNA PÚBLICO**, a quem possa interessar, a REPUBLICAÇÃO do **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 00054/2025**, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS EXECUTIVOS DE ARQUITETURA, COMPLEMENTARES DE ENGENHARIA, SONDAGEM, LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO E PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO/IMPLANTAÇÃO DE RODOVIAS.
 Data Final da Entrega das Propostas: **19 de fevereiro de 2026, às 08h15min.**
 A Abertura das Propostas: **19 de fevereiro 2026, de 08h16min.**
Critério de julgamento: Menor preço por item, mediante o regime de execução de empreitada por preço unitário.
 Informações por meio do E-mail: pmcc.licita@gmail.com ou Tel. (28)3547-1427, Edital na íntegra: <https://www.conceicaodocastelo.es.gov.br/pagina/ler/2282/compras-e-licitacao>, ou por meio do site: portaldecompraspublicas.com.br.
 Conceição do Castelo, ES, 28 de janeiro de 2026.
VALBER DE VARGAS FERREIRA
 Prefeito Municipal



Av. Jones dos Santos Neves, 214, Loja 02
 Centro - Barra de São Francisco - ES - MATRIZ
 Rua C, 253 - Nicolini - Mantena - MG - FILIAL
Tel.: (27) 99991-9614

DIRETOR GERAL
 Sérgio Machado

DIRETOR DE OPERAÇÕES
 Sérgio Machado

DIRETOR DE REDAÇÃO
 João Paulo Vieira

DIRETOR GERAL
 Sérgio Machado

DIAGRAMAÇÃO
 João Paulo Vieira

Facebook: Jornal O Vigilante Instagram: @jornalvigilante
 CNPJ: 06.075.462/0001-54 / e-mail: jornalovigilante@bol.com.br
 CNPJ FILIAL MANTENA - MG : 06.075.462/0002-35